



**CONSTRUTORES DA CIDADE**  
**HOMILIA NA EUCARISTIA DA MEMÓRIA DE S. GERALDO**  
05 Dezembro 2014 – Sé Catedral – 18h

Há historiadores que datam a doação da jurisdição e do senhorio da cidade de Braga, por D. Teresa e o Conde D. Henrique, à Igreja de Braga no ano de 1110, logo após a morte de S. Geraldo (1108).

Muitos defenderam este título, nomeadamente o Beato Bartolomeu dos Mártires, mas o título perdurou até aos dias de hoje, sabendo que foi extinto em 1790 com D. Caetano Brandão.

Ninguém ignora o papel desempenhado pelos arcebispos na edificação da cidade. Os seus monumentos e praças estão intimamente ligados à capacidade criativa de quem não só ostentava o título de Senhores de Braga mas executava numerosos projectos que engrandeciam a cidade.

O Liberalismo trouxe depois o regime da separação de poderes, que defendemos e respeitamos. Mas, se Braga foi construída a partir da fé dos arcebispos, não deverá ou poderá ela – em regime de perfeita liberdade de consciência – continuar a ser delineada e pensada por homens que não só não escondem a sua fé mas permitem que ela seja luz de um projecto marcado por valores evangélicos onde as pessoas são colocadas no centro de todas as decisões?

O Papa Francisco afirmou recentemente que Jesus não nos “pede que conservemos a sua graça num cofre-forte mas que a usemos em benefício dos outros”, de modo a não existirem locais ou situações fechadas “à presença e ao testemunho cristão”.

Não precisará a política da luz da fé e não deverão os políticos cristãos ser protagonistas de uma acção renovadora da sociedade?

Correndo o risco de ser mal interpretado, mas com a transparência com que tenho pautado o meu serviço episcopal, quero citar uma passagem da Exortação Apostólica do Papa Francisco que transcrevemos para o Programa Pastoral da Arquidiocese.

“Peço a Deus que cresça o número de políticos capazes de entrar num autêntico diálogo que vise efectivamente sanar as raízes profundas e não a aparência dos males do nosso mundo. A política, tão denegrada, é uma sublime vocação, é uma das formas



mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum. Temos de nos convencer que a caridade «é o princípio não só das micro-relações estabelecidas entre amigos, na família, no pequeno grupo, mas também das macro-relações como relacionamentos sociais, económicos, políticos». Rezo ao Senhor para que nos conceda mais políticos, que tenham verdadeiramente a peito a sociedade, o povo, a vida dos pobres. [...] E porque não acudirem a Deus pedindo-Lhe que inspire os seus planos? Estou convencido de que, a partir duma abertura à transcendência, poder-se-ia formar uma nova mentalidade política” (EG 205).

Entender a política como vocação que envolve o pensamento e o agir de quem cuida da coisa pública numa única preocupação de construir o bem comum é uma urgência a encontrar respostas. São poucos aqueles que acreditam nos políticos e muitos desejam uma nova geração.

Eu não sou tão pessimista. Vejo políticos, a nível autárquico de juntas ou câmaras, assim como a nível de serviços ou da Assembleia da República, que têm no peito “a sociedade, o povo, a vida dos pobres deixando-se inspirar por valores que permanecem num período das pós-modernidade”.

Creio não ser inoportuno, e muito menos interpretado como intromissão em casa alheia, reconhecer a necessidade de políticos – homens e mulheres – que, sem rótulos artificiais, se assumam como construtores activos de uma sociedade mais digna. A dignidade de toda a pessoa e da pessoa como um todo, com direitos humanos iguais para todos e com os correspondentes deveres, a luta persistente pela causa do bem comum, a aceitação do destino universal dos bens, a solidariedade como prática quotidiana, uma vida social marcada pela liberdade, justiça e verdade, a família defendida e protegida como célula vital da sociedade, o trabalho com dignidade e como direito onde os direitos se respeitam e o dever de trabalhar se assume, a economia como arte de construir uma casa de fraternidade e igualdade, o ambiente protegido e respeitado, o património oferecido como testemunho de uma identidade. Estes e outros valores são certeza de que seremos capazes de construir comunidades verdadeiras onde a entreatajuda e a partilha destroem as diversas formas de pobreza e trabalham pela integração de todos os cidadãos.

Tudo isto nos é recordado na liturgia de hoje. Nela, Isaías interpela a curar e libertar os diversos atribulados, cativos e prisioneiros sem nunca desanimar. E a fazê-lo na lógica do Evangelho, onde se elogia o administrador fiel e prudente. Administrador como pessoa que tem a seu cargo a gestão de bens alheios. Esta interpretação adverte-



nos a que não esperemos interesses pessoais, que coloquemos o bem comum acima de comportamentos manchados pela corrupção, que privilegiemos a igual atenção a todos, mas com uma preferência por quem não pode agradecer ou pagar, pelos pobres e abandonados.

S. Geraldo nos conceda o dom, num ano em que queremos mostrar que a fé deve estar em todos os ambientes humanos, de gastar a vida na responsabilidade desinteressada de construirmos aldeias e cidades à medida do Homem e com lugar para uma vida digna a proporcionar a todos e não apenas a alguns.

+ Jorge Ortiga, *Arcebispo Primaz*